

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Obras do autor</i> .....	7
<i>Homenagem a Diogenes Gasparini</i> .....	13
<i>Nota do atualizador</i> .....	15
<i>Apresentação</i> .....	17
<i>Nota do autor</i> .....	19

### Capítulo I DIREITO ADMINISTRATIVO

I — O DIREITO, SEUS RAMOS E SUB-RAMOS.....	55
II — DIREITO ADMINISTRATIVO, SUB-RAMO DO DIREITO PÚBLICO .....	56
III — A EXPRESSÃO “DIREITO ADMINISTRATIVO” .....	56
IV — CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO .....	57
V — PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO .....	60
1. Aspectos gerais.....	60
2. Princípios de Direito Administrativo.....	61
2.1. Princípio da legalidade.....	61
2.2. Princípio da impessoalidade.....	62
2.3. Princípio da moralidade .....	63
2.4. Princípio da publicidade.....	65
2.5. Princípio da finalidade .....	68
2.6. Princípio da continuidade.....	71
2.7. Princípio da indisponibilidade.....	72
2.8. Princípio da autotutela.....	73
	21

2.9. Princípio da supremacia do interesse público .....	74
2.10. Princípio da igualdade.....	74
2.11. Princípio da eficiência.....	76
2.12. Princípio da motivação.....	77
2.13. Princípio da razoabilidade.....	78
<b>VI — INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>80</b>
<b>VII — FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>81</b>
1. Conceito.....	81
2. Espécies.....	81
2.1. A lei.....	82
2.2. A jurisprudência.....	83
2.3. Costume.....	85
2.4. Princípios gerais de direito.....	86
3. Outras fontes.....	86
<b>VIII — CODIFICAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>86</b>
<b>IX — O DIREITO ADMINISTRATIVO E SEUS RELACIONA-     MENTOS .....</b>	<b>88</b>
<b>X — ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO ADMINISTRA-     TIVO.....</b>	<b>91</b>
1. Remota Antiguidade.....	92
2. Antiguidade clássica: Grécia e Roma.....	92
3. Idade Média.....	92
4. Idade Moderna.....	93
<b>XI — DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL .....</b>	<b>95</b>

## **Capítulo II ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

<b>I — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OBJETO DO DIREITO     ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>96</b>
<b>II — CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>96</b>
<b>III — ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>97</b>

IV — ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	99
1. O querer e o agir do Estado.....	99
2. A natureza dos órgãos públicos.....	99
3. Conceito e competência do órgão público.....	100
4. Relação entre a vontade do órgão e a do agente público..	101
5. Relações interorgânicas.....	102
6. Classificação dos órgãos públicos.....	102
6.1. Os critérios de classificação.....	102
6.1.1. Quanto à posição que ocupam na estrutura estatal.....	103
6.1.2. Quanto à composição do órgão.....	104
6.1.3. Quanto à atuação funcional.....	104
V — HIERARQUIA ADMINISTRATIVA.....	105
VI — ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.....	107
1. Conceito.....	107
2. Natureza e fim.....	108
3. Princípios básicos.....	108

### **Capítulo III**

#### **ATO ADMINISTRATIVO**

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	109
II — ATO ADMINISTRATIVO.....	110
1. Aspectos preliminares.....	110
2. Conceito.....	112
3. Requisitos do ato administrativo.....	113
3.1. Agente público competente.....	113
3.2. Finalidade.....	115
3.3. Forma.....	115
3.4. Motivo.....	116
3.5. Conteúdo.....	119
3.6. Objeto.....	119
3.7. Causa.....	120
4. Perfeição, validade e eficácia.....	121
5. Vigência e eficácia.....	123
6. Efeitos do ato administrativo.....	123
7. Atributos do ato administrativo.....	124

7.1. Presunção de legitimidade.....	125
7.2. Imperatividade.....	126
7.3. Exigibilidade .....	127
7.4. Autoexecutoriedade.....	127
<b>III — CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>129</b>
1. Critérios de classificação.....	129
1.1. Quanto à natureza da atividade administrativa.....	129
1.2. Quanto à natureza do conteúdo .....	130
1.3. Quanto aos destinatários do ato.....	131
1.4. Quanto ao grau de liberdade da Administração Pública para decidir.....	131
1.5. Quanto aos efeitos.....	132
1.6. Quanto à abrangência dos efeitos.....	133
1.7. Quanto à composição da vontade.....	133
1.8. Quanto à vontade administrativa.....	133
2. Quadro sinótico .....	134
<b>IV — ATO ADMINISTRATIVO EM ESPÉCIE.....</b>	<b>135</b>
1. As espécies de atos administrativos.....	135
1.1. Admissão.....	135
1.2. Permissão .....	135
1.3. Autorização .....	136
1.4. Aprovação .....	136
1.5. Homologação .....	137
1.6. Licença .....	137
1.7. Concessão.....	138
1.8. Dispensa .....	138
1.9. Adjudicação.....	138
1.10. Revogação .....	139
1.11. Invalidação .....	139
2. Quadro sinótico .....	139
<b>V — EXTERIORIZAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>140</b>
1. As diversas fórmulas de exteriorização .....	140
1.1. Decreto .....	140
1.2. Portaria .....	140
1.3. Alvará.....	141
1.4. Aviso .....	141

1.5. Circular.....	141
1.6. Ordem de serviço .....	141
1.7. Resolução .....	142
1.8. Ofício.....	142
1.9. Instrução.....	142
1.10. Despacho .....	143
1.11. Parecer.....	143
1.12. Certidão .....	145
2. Quadro sinótico .....	146
 VI — PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO .....	146
 VII — VINCULAÇÃO E DISCRICIONARIEDADE.....	148
 VIII — EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....	151
1. Causas determinantes da extinção.....	151
2. Extinção do ato eficaz .....	151
2.1. Cumprimento dos efeitos .....	152
2.2. Desaparecimento do sujeito da relação jurídica.....	152
2.3. Desaparecimento do objeto da relação jurídica .....	153
2.4. Retirada .....	153
2.5. Renúncia.....	154
3. Extinção do ato ineficaz .....	155
3.1. Recusa .....	155
3.2. Mera retirada .....	155
4. Quadro sinótico .....	156
 IX — REVOGAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.....	156
1. Conceito.....	156
2. Espécies de revogação .....	157
3. Objeto, motivo e conteúdo.....	158
4. Natureza, eficácia e fundamento .....	159
5. Competência revogatória .....	159
6. Irrevogabilidade.....	160
7. Revogação e indenização.....	161
8. Revogação em outros ramos do Direito .....	161
9. Revogação da revogação e repristinação .....	162
10. Nova decretação do ato revogado .....	162

X — INVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO .....	163
1. Conceito.....	163
2. Objeto, motivo, conteúdo e espécies .....	164
3. Natureza, fundamento e efeitos .....	165
4. Competência invalidadora .....	166
5. Invalidação e indenização.....	167
6. Convalidação .....	167
7. Prescrição e invalidade .....	167
8. Nova decretação do ato invalidado.....	169
XI — CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....	169

## **Capítulo IV**

### **PODERES REGULAMENTAR E DE POLÍCIA**

I — INTRODUÇÃO .....	171
II — PODER REGULAMENTAR .....	171
1. Conceito.....	171
2. Poder, faculdade ou atribuição .....	172
3. Fundamento .....	173
4. Atribuição originária ou derivada.....	174
5. Limites à atribuição regulamentar .....	174
6. Regulamento.....	175
6.1. Conceito .....	175
6.2. Instrumento ou veículo do regulamento.....	175
6.3. Classificação .....	176
6.4. Regulamento em relação à lei .....	176
6.4.1. Regulamento executivo.....	176
6.4.2. Regulamento delegado.....	177
6.4.3. Regulamento autônomo .....	177
7. Outros aspectos do regulamento.....	178
III — PODER DE POLÍCIA.....	178
1. Introdução.....	178
2. Conceito.....	179
3. Fundamento .....	179
4. Características .....	180
5. Objeto, motivo e fins .....	180
6. Competência.....	181

7. Sentido amplo e estrito .....	182
8. Polícia administrativa vs. polícia judiciária .....	182
9. Discricionariedade e vinculação do poder de polícia .....	183
10. Manifestação da atribuição de polícia .....	183
11. Limites da atribuição de polícia .....	184
12. Campos de atuação .....	184
13. O ato de polícia .....	185
14. Autoexecutoriedade do ato de polícia .....	185
15. Indelegabilidade .....	187
16. Sanções .....	188
17. Controle do ato de polícia .....	189
18. Prescrição do ato de polícia .....	189

## **Capítulo V**

### **AGENTES PÚBLICOS**

I — CONCEITO DE AGENTES PÚBLICOS .....	191
II — O COMUM NOS AGENTES PÚBLICOS .....	192
III — CARACTERIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA .....	192
IV — PODERES .....	192
V — USO E ABUSO DO PODER .....	193
1. A razão do poder .....	193
2. O uso do poder .....	194
3. A expressão “abuso de poder” .....	194
4. Caracterização .....	196
5. Abuso de poder nos atos legais e ilegais .....	199
6. Abuso de poder nos atos discricionários e vinculados ...	200
7. Abuso de poder nos atos omissivos e comissivos .....	200
8. Conceito de abuso de poder .....	200
9. Repressão ao abuso de poder .....	200
10. Responsabilidade por atos de abuso de poder .....	201
VI — PRERROGATIVAS DO AGENTE PÚBLICO .....	202
VII — DEVERES DO AGENTE PÚBLICO .....	202
1. Dever de agir .....	202
2. Dever de eficiência .....	203

3. Dever de probidade.....	205
4. Dever de prestar contas.....	206
<b>VIII — CLASSIFICAÇÃO.....</b>	<b>207</b>
1. Agentes políticos .....	208
2. Agentes temporários.....	211
3. Agentes de colaboração.....	219
3.1. Conceito .....	219
3.2. Espécies.....	219
4. Servidores governamentais.....	221
4.1. Conceito e característica .....	221
4.2. Regime jurídico.....	221
4.3. Emprego, quadro e carreira .....	222
4.4. Ingresso .....	222
4.5. Direitos e obrigações.....	222
4.6. Extinção do vínculo.....	223
5. Servidores públicos .....	224
5.1. Conceito .....	224
5.2. Características .....	224
5.3. Espécies.....	225
5.4. Competência organizacional .....	226
5.5. Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores ....	228
5.5.1. Acessibilidade a cargos, empregos e funções...	229
5.5.2. Ingresso no quadro.....	230
5.5.2.1. Concurso público.....	231
5.5.2.2. Livre escolha .....	236
5.5.2.3. Processo seletivo público .....	237
5.5.3. Proibição de acumular .....	237
5.5.4. Retribuição.....	241
5.5.4.1. Conceito .....	242
5.5.4.2. Espécies.....	242
5.5.4.3. Vencimento, vencimentos, remuneração e subsídio .....	242
5.5.4.4. Fixação, alteração e limites .....	244
5.5.4.5. Revisão geral .....	247
5.5.4.6. Irredutibilidade .....	248
5.5.4.7. Pagamento .....	249
5.5.5. Direito de greve.....	250
5.5.6. Direito à livre associação sindical.....	251
5.5.7. Investidura em mandato eletivo .....	251



5.5.8.	Responsabilidade regressiva .....	253
5.5.9.	Imprescritibilidade da ação de ressarcimento .....	253
5.6.	Servidores estatutários .....	254
5.6.1.	Conceito .....	254
5.6.2.	Onde existem .....	255
5.6.3.	Regime jurídico .....	255
5.6.4.	Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores estatutários .....	258
5.6.4.1.	Aposentadoria, proventos, pensão, limites e regras de transição .....	258
5.6.4.2.	Estabilidade .....	264
5.6.4.3.	Reintegração .....	273
5.6.4.4.	Disponibilidade .....	274
5.6.4.5.	Associação sindical .....	279
5.6.5.	Outros aspectos .....	281
5.6.5.1.	Vitaliciedade .....	281
5.6.5.2.	Inamovibilidade .....	282
5.6.5.3.	Férias .....	282
5.6.5.4.	Licença .....	283
5.6.5.5.	Adicional, gratificação e indenização .....	284
5.6.5.6.	Deveres .....	288
5.6.5.7.	Quarentena .....	290
5.6.5.8.	Atribuição disciplinar .....	292
5.6.6.	Responsabilidade .....	293
5.6.6.1.	Conceito e espécies .....	293
5.6.6.2.	Responsabilidade penal .....	294
5.6.6.3.	Responsabilidade civil .....	296
5.6.6.4.	Responsabilidade administrativa ..	297
5.6.7.	Extinção do vínculo .....	300
5.6.7.1.	Extinção por ato administrativo ...	301
5.6.7.2.	Extinção em razão de fato natural .	305
5.6.7.3.	Extinção por força de sentença .....	306
5.7.	Agentes militares .....	306
5.7.1.	Conceito .....	307
5.7.2.	Regime .....	307
5.7.3.	Ingresso no quadro .....	308
5.7.4.	Atividade e inatividade .....	309
5.7.5.	Acumulação de cargos .....	310

5.7.6. Sindicalização e greve.....	311
5.7.7. Atividade político-partidária.....	311
5.7.8. Remuneração .....	312
5.7.9. Direitos sociais estendidos aos agentes militares.....	313
5.7.10. Desligamento .....	313
<b>IX — GUARDA MUNICIPAL.....</b>	<b>313</b>
<b>X — LIMITES COM GASTO DE PESSOAL.....</b>	<b>314</b>

## **Capítulo VI CARGOS PÚBLICOS**

<b>I — CONCEITO DE CARGO PÚBLICO.....</b>	<b>316</b>
<b>II — ONDE EXISTEM OS CARGOS PÚBLICOS .....</b>	<b>317</b>
<b>III — CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO.....</b>	<b>318</b>
1. Criação e transformação de cargos no Executivo.....	319
2. Criação e transformação de cargos no Legislativo .....	321
3. Criação e transformação de cargos no Judiciário .....	322
4. Criação e transformação de cargos nos Tribunais de Contas e no Ministério Público .....	323
<b>IV — CLASSIFICAÇÃO .....</b>	<b>324</b>
1. Segundo a segurança do servidor na titularização do cargo ..	324
2. Segundo a posição do cargo no quadro funcional da Administração Pública.....	329
<b>V — PROVIMENTO .....</b>	<b>330</b>
1. Conceito.....	330
2. Posse.....	331
3. Exercício.....	331
4. Classificação: provimento originário e derivado.....	332
5. Quadro sinótico das formas de provimento.....	336
6. Competência para prover cargo público.....	336
7. Restrições à competência para prover cargo público .....	337
<b>VI — ACUMULAÇÃO .....</b>	<b>338</b>

VII — VACÂNCIA.....	339
1. Conceito.....	339
2. Espécies.....	339
VIII — DESNECESSIDADE .....	341
IX — EXTINÇÃO.....	343
<b>Capítulo VII</b>	
<b>SERVIÇO PÚBLICO</b>	
I — INTRODUÇÃO.....	345
II — A LOCUÇÃO “SERVIÇO PÚBLICO”.....	345
III — CONCEITO .....	346
IV — INSTITUIÇÃO, REGULAMENTAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE.....	347
V — CLASSIFICAÇÃO.....	350
VI — PRINCÍPIOS .....	352
1. Princípio da mutabilidade do regime jurídico da prestação	352
VII — REQUISITOS .....	353
1. Regularidade.....	354
2. Continuidade .....	354
3. Eficiência.....	354
4. Segurança .....	355
5. Atualidade .....	355
6. Generalidade.....	355
7. Cortesia.....	355
8. Modicidade.....	356
VIII — REMUNERAÇÃO.....	356
IX — DIREITOS DOS USUÁRIOS .....	358
X — DEVERES DOS USUÁRIOS .....	359

XI — SUSPENSÃO DA PRESTAÇÃO .....	360
XII — GREVE.....	361
XIII — SUJEIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO CÓDIGO DO CONSUMIDOR.....	363

## **Capítulo VIII**

### **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

I — ASPECTOS GERAIS.....	365
1. Introdução.....	365
2. Execução centralizada .....	366
3. Execução descentralizada.....	366
II — DESCENTRALIZAÇÃO PARA PESSOA PÚBLICA .....	368
1. Introdução.....	368
2. Autarquia .....	369
2.1. Conceito .....	369
2.2. Classificação .....	370
2.3. Criação, instituição, fins, funcionamento e extinção.....	371
2.4. Controle ou tutela.....	373
2.5. Responsabilidade.....	374
2.6. Estrutura e servidores.....	375
2.7. Privilégios.....	377
2.8. Atos e contratos.....	377
2.9. Patrimônio .....	378
2.10. Autarquia de regime especial .....	378
2.11. Execução contra a autarquia.....	379
2.12. A autarquia em juízo .....	379
2.13. Autarquia estadual, distrital e municipal.....	379
3. Fundação pública.....	380
3.1. Conceito .....	380
3.2. Fundamento.....	380
3.3. Natureza jurídica .....	381
3.4. Fins e lucratividade .....	382
3.5. Criação, instituição, funcionamento e extinção .....	382
3.6. Patrimônio .....	383
3.7. Controle.....	384
3.8. Regime tributário.....	386

3.9.	Estrutura e servidores.....	386
3.10.	Licitação.....	388
3.11.	Prerrogativas.....	389
3.12.	Responsabilidade.....	389
3.13.	Execução contra a fundação pública.....	390
3.14.	Fundação pública em juízo.....	391
3.15.	Fundação pública estadual, distrital e municipal ...	391
4.	Agências executivas.....	391
4.1.	Introdução.....	391
4.2.	Legislação.....	392
4.3.	Conceito.....	393
4.4.	Natureza.....	393
4.5.	Qualificação.....	393
4.6.	Criação.....	393
4.7.	Desqualificação.....	394
4.8.	Privilégios.....	394
4.9.	Servidores.....	395
4.10.	Atos e contratos.....	395
4.11.	Agência executiva estadual, distrital e municipal ...	395
5.	Agências reguladoras.....	395
6.	Consórcios públicos.....	397
6.1.	Introdução.....	397
6.2.	Competência legislativa.....	398
6.3.	Competência para instituir consórcios públicos e convênios de cooperação.....	399
6.4.	Conceito.....	399
6.5.	Modalidades.....	400
6.6.	Constituição.....	402
6.7.	Protocolo de intenções.....	402
6.8.	Consorticiados.....	405
6.9.	Área de atuação do consórcio público.....	405
6.10.	Objetivos.....	406
6.11.	Competências.....	406
6.12.	Contrato de rateio.....	407
6.13.	Receitas e despesas.....	409
6.14.	Controle pelo Tribunal de Contas.....	409
6.15.	Alteração e extinção.....	410
6.16.	Retirada do consorciado.....	410
6.17.	Regulamentação e inaplicabilidade.....	411

6.18. Pessoal dos consórcios públicos.....	411
6.19. Responsabilidade.....	412
6.20. Estatuto.....	412
6.21. Contrato de programa.....	413
6.22. Atos e contratos .....	414
6.23. Outros aspectos .....	415
III — DESCENTRALIZAÇÃO PARA UMA PESSOA PRIVADA	415
1. Introdução.....	415
2. Concessão de serviço público.....	416
2.1. Conceito .....	416
2.2. Prazo e prorrogação da concessão de serviço público .....	417
2.3. Natureza jurídica .....	418
2.4. Objeto da concessão de serviço público.....	419
2.5. As partes envolvidas na concessão.....	420
2.6. Os interesses envolvidos na concessão .....	421
2.7. Os fundamentos da concessão de serviço público ....	421
2.8. Competência para celebrar contrato de concessão de serviço público .....	422
2.9. Procedimento, conteúdo e formalização da concessão de serviço público .....	423
2.10. A precariedade da outorga.....	424
2.11. O caráter <i>intuitu personae</i> da concessão de serviço público.....	425
2.12. Exclusividade da concessão de serviço público.....	426
2.13. Direitos e encargos do concessionário .....	427
2.14. Serviço adequado .....	430
2.15. Política tarifária.....	431
2.16. Procedimento licitatório.....	433
2.17. Subconcessão, transferência dos direitos concedidos e cessão do controle societário .....	437
2.18. Responsabilidade do concessionário.....	439
2.19. Natureza dos atos e contratos do concessionário ....	440
2.20. Direitos e encargos do concedente.....	440
2.21. Direitos e obrigações dos usuários.....	444
2.22. Extinção da concessão de serviço público .....	445
2.22.1. Extinção por fato jurídico.....	446

	2.22.1.1. Extinção pelo decurso do prazo ....	446
	2.22.1.2. Extinção em razão do desaparecimento do concessionário .....	448
	2.22.2. Extinção por ato do concedente .....	449
	2.22.2.1. Interesse público .....	449
	2.22.2.2. Desafetação .....	450
	2.22.2.3. Inadimplemento .....	451
	2.22.2.4. Ilegalidade .....	454
	2.23. Extinção por ato conjunto das partes envolvidas na concessão de serviço público .....	455
	2.24. Extinção por sentença .....	455
	2.25. Quadro sinótico das causas de extinção da concessão de serviço público .....	456
	2.26. Reversão dos bens vinculados à concessão de serviço público .....	457
	2.27. Arbitragem .....	460
	3. Permissão .....	460
	4. Autorização .....	461
	5. Parcerias público-privadas .....	462
	5.1. Introdução .....	462
	5.2. Origem .....	462
	5.3. Objetivos .....	463
	5.4. Fundamento constitucional .....	463
	5.5. Fundamento legal .....	464
	5.6. Conceito .....	464
	5.7. Natureza jurídica .....	465
	5.8. Diretrizes .....	465
	5.9. Objeto .....	466
	5.10. Vedações .....	467
	5.11. Espécies .....	468
	5.12. Parceiros .....	471
	5.13. Escolha do parceiro privado .....	471
	5.14. Licitação .....	472
	5.14.1. Edital .....	475
	5.14.2. Julgamento, adjudicação e homologação ....	476
	5.15. Contrato .....	477
	5.16. Remuneração do parceiro privado .....	478
	5.17. Contraprestação da Administração Pública .....	479
	5.18. Garantias de responsabilidade do parceiro público .....	479
	5.19. Garantias de responsabilidade do parceiro privado .....	480

5.20. Sociedade de propósito específico .....	481
5.21. Comitê Gestor de Parceria Público-Privada.....	482
5.22. Fundo garantidor .....	483
5.23. Penalidades .....	484
5.24. Extinção da parceria público-privada.....	484

#### IV — DESCENTRALIZAÇÃO PARA PESSOA GOVERNAMENTAL.....

1. Introdução .....	485
2. Empresa pública .....	486
2.1. Conceito .....	486
2.2. Natureza .....	488
2.3. Fins.....	488
2.4. Criação, forma, registro, funcionamento e extinção .....	489
2.5. Patrimônio .....	491
2.6. Servidores.....	492
2.7. Prerrogativas.....	493
2.8. Atos e contratos.....	494
2.9. Regime tributário.....	495
2.10. A empresa pública e terceiros .....	496
2.11. Controle.....	496
2.12. Responsabilidade.....	497
2.13. Empresa pública e sociedade de economia mista: principais diferenças.....	498
2.14. Empresa pública estadual, distrital e municipal.....	498
3. Sociedade de economia mista.....	499
3.1. Conceito .....	499
3.2. Natureza .....	500
3.3. Fins.....	500
3.4. Criação, forma, registro e extinção .....	501
3.5. Capital .....	503
3.6. Patrimônio .....	504
3.7. Servidores.....	504
3.8. Prerrogativas.....	506
3.9. Atos e contratos.....	506
3.10. Regime tributário.....	507
3.11. A sociedade de economia mista e terceiros.....	508
3.12. Controle.....	508



3.13. Responsabilidade.....	509
3.14. Sociedade de economia mista e empresa pública: principais diferenças.....	510
3.15. Sociedade de economia mista estadual, distrital e municipal.....	511
4. Fundação privada .....	512
<b>V — ENTIDADES DE COOPERAÇÃO .....</b>	<b>514</b>
1. Introdução.....	514
2. Serviços sociais autônomos.....	514
3. Organizações sociais .....	516
4. Organizações da sociedade civil de interesse público.....	519
5. Fundação de apoio.....	522

## **Capítulo IX**

### **LICITAÇÃO**

<b>I — ASPECTOS GERAIS.....</b>	<b>526</b>
1. Conceito.....	526
2. Finalidades.....	527
3. Princípios.....	529
3.1. Princípio da padronização.....	530
3.2. Princípio da vinculação ao instrumento convoca- tório .....	536
3.3. Princípio da competitividade.....	538
3.4. Princípio do julgamento objetivo .....	540
3.5. Princípio da fiscalização da licitação .....	541
3.6. Princípio formal e formalismo .....	543
4. Objeto da licitação.....	546
5. Registro de preços .....	550
6. Competência legislativa.....	554
7. Os obrigados a licitar.....	556
8. Promoção da licitação .....	559
<b>II — EXCLUSÃO DA OBRIGAÇÃO DE LICITAR .....</b>	<b>560</b>
1. Licitação dispensada.....	560
1.1. Introdução .....	560
1.2. Hipóteses de dispensa para alienações imobiliárias....	563
1.3. Hipóteses de dispensa para alienações mobiliárias.	568

2. Licitação dispensável.....	570
2.1. Introdução .....	570
2.2. Hipóteses em que a licitação é dispensável.....	573
2.2.1. Obras e serviços de engenharia de pequeno valor .....	573
2.2.2. Serviços, menos os de engenharia, e compras de pequeno valor .....	575
2.2.3. Guerra e grave perturbação da ordem .....	576
2.2.4. Emergência e calamidade pública.....	577
2.2.5. Quando não acudirem interessados à licitação	580
2.2.6. Intervenção, pela União, no domínio econômico .....	581
2.2.7. Propostas com preços manifestamente superiores aos do mercado .....	582
2.2.8. Operação entre pessoa pública e órgão ou entidade que a integre .....	582
2.2.9. Comprometimento da segurança nacional ...	583
2.2.10. Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração.....	585
2.2.11. Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento .....	586
2.2.12. Compra de hortifrutigranjeiros, pão e gêneros perecíveis .....	587
2.2.13. Contratação de instituição brasileira voltada à pesquisa, ao ensino e ao desenvolvimento nacional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso.....	587
2.2.14. Aquisição de bens e serviços por intermédio de organização internacional .....	588
2.2.15. Aquisição e restauração de obras de arte e objetos históricos .....	589
2.2.16. Impressão de diário oficial, formulários padronizados, edições técnicas oficiais e prestação de serviços de informática.....	589
2.2.17. Aquisição de componentes ou peças originais ..	590
2.2.18. Compras e serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento.....	591

2.2.19. Compra de material pelas Forças Armadas para manter a padronização exigida pelo apoio logístico.....	591
2.2.20. Contratação de associação de portadores de deficiência física .....	592
2.2.21. Aquisição de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica .....	592
2.2.22. Fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural .....	593
2.2.23. Contratações entre empresas governamentais e suas subsidiárias .....	593
2.2.24. Contratação de serviços com organizações sociais .....	594
2.2.25. Contratação por Instituição Científica e Tecnológica ou por agência de fomento para transferência de tecnologia e licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida .....	595
2.2.26. Celebração de contrato de programa com entes federados ou entidades de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos conforme autorizado em consórcio público ou convênio de cooperação.....	596
2.2.27. Na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuadas por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.....	597
2.2.28. Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.....	598

2.2.29. Quando se der a aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior .....	599
3. Licitação inexigível.....	600
3.1. Introdução.....	600
3.2. Hipóteses de inexigibilidade .....	602
3.2.1. Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo .....	602
3.2.2. Contratação de serviços técnicos profissionais especializados.....	606
3.2.3. Contratação de artistas.....	609
III — MODALIDADES DE LICITAÇÃO .....	610
1. Aspectos introdutórios.....	610
2. As modalidades na Lei federal das Licitações e Contratos da Administração Pública.....	610
2.1. Concorrência .....	612
2.2. Tomada de preços.....	618
2.3. Convite .....	621
2.4. Concurso .....	624
2.5. Leilão.....	626
2.6. Pregão.....	628
2.6.1. Pregão presencial .....	629
2.6.2. Pregão eletrônico .....	635
2.7. Comissão de licitação.....	639
3. Registro cadastral .....	646
IV — FASES DA LICITAÇÃO .....	648
1. Aspectos introdutórios.....	648
2. A sequência das fases na concorrência.....	649
2.1. Fase da abertura.....	649
2.2. Fase da habilitação .....	655
2.3. Fase da classificação .....	664
2.4. Fase do julgamento e ordenação das propostas em razão das vantagens oferecidas .....	667

2.4.1.	Divisibilidade do julgamento.....	672
2.4.2.	Empate e critério de desempate de propostas..	674
2.4.3.	Proposta mais vantajosa.....	675
2.4.4.	Discussão da proposta mais vantajosa ou vencedora.....	676
3.	Homologação e adjudicação.....	678
4.	Audiência pública.....	680
5.	O problema das cooperativas.....	681
6.	O problema das microempresas e empresas de pequeno porte.....	683
6.1.	A Lei Complementar federal n. 123/2006 .....	684
6.2.	Constitucionalidade .....	685
6.3.	Vigência .....	685
6.3.1.	Normas gerais e regulamentares .....	686
6.4.	Os submetidos ao Estatuto .....	687
6.5.	Procedimento: licitação tradicional e pregão .....	688
6.6.	Participação sem favorecimento .....	689
6.7.	Participação com favorecimento .....	690
6.8.	Empresas beneficiadas .....	690
6.8.1.	Pessoa física.....	691
6.8.2.	Consórcio de ME, EPP e COOP.....	691
6.9.	Conceito de ME, EPP e COOP .....	692
6.9.1.	Receita bruta.....	693
6.9.2.	Ano-calendário.....	694
6.9.3.	Comprovação .....	696
6.9.4.	Declaração de ME, EPP e COOP .....	697
6.9.5.	Finalidade da declaração.....	698
6.9.6.	Momento de apresentação da declaração.....	698
6.10.	Regime diferenciado e favorecido .....	699
6.11.	Participação sem estar regular para com o fisco ....	700
6.11.1.	Consequências da não regularização .....	702
6.11.1.1.	Decadência do direito à contratação. ....	702
6.11.1.2.	Aplicação do art. 81 da Lei federal n. 8.666/93.....	702
6.11.1.3.	Convocação dos remanescentes....	703
6.11.1.4.	Revogação da licitação .....	705
6.12.	Empate nas propostas licitatórias .....	705

6.12.1. Empate real nas licitações tradicionais .....	707
6.12.2. Empate real no pregão .....	708
6.12.3. Empate ficto nas licitações tradicionais .....	708
6.12.4. Empate ficto no pregão .....	709
6.13. Nova proposta e regularização fiscal na concorrência .....	709
6.13.1. Hipótese de empate real .....	712
6.13.2. Hipótese de empate ficto .....	714
6.14. Nova proposta e regularização fiscal no pregão.....	716
6.14.1. Hipótese de empate ficto no pregão.....	718
6.15. Por que dos cinco dias úteis .....	720
6.16. Licitações diferenciadas .....	721
6.16.1. Licitação exclusiva para ME, EPP e COOP...	723
6.16.2. Licitação com obrigação do vencedor de subcontratar .....	725
6.16.3. Licitação com cota em favor de ME, EPP e COOP .....	727
6.17. Cédula de crédito microempresarial.....	729
6.18. Balanço patrimonial .....	730
6.19. Instrumento convocatório.....	730
7. Pré-qualificação.....	731
V — REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO .....	733
1. Introdução.....	733
2. Revogação .....	734
3. Invalidação.....	737
4. Desistência.....	740
VI — CONTROLE DA LICITAÇÃO.....	741
1. Recursos administrativos.....	742
1.1. Recurso hierárquico .....	743
1.2. Representação .....	746
1.3. Pedido de reconsideração.....	747
2. Recursos judiciais.....	748
3. Controle pelo Tribunal de Contas.....	749

## Capítulo X CONTRATO ADMINISTRATIVO

I — ASPECTOS GERAIS.....	751
1. Introdução.....	751
2. Regime jurídico.....	752
3. Direitos do contratado.....	756
4. Conceito.....	756
5. Objeto.....	757
6. As partes contratantes.....	758
7. Competência legislativa.....	759
8. Interpretação.....	760
9. Pré e pós-requisitos.....	761
10. Vigência e eficácia.....	762
11. Prazo contratual.....	763
11.1. Contagem.....	771
11.2. Prorrogação.....	772
11.3. Redução.....	774
12. Garantias.....	774
13. Inatingibilidade das cláusulas contratuais por lei posterior.....	778
II — FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	779
1. Conceito.....	779
2. Instrumento.....	780
2.1. Conceito.....	780
2.2. Espécies.....	780
2.3. Forma.....	781
2.4. Partes do termo de contrato.....	782
2.5. Exame e aprovação da assessoria jurídica.....	785
2.6. Conhecimento do termo de contrato.....	787
3. Cláusulas exorbitantes.....	788
4. Publicidade.....	790
5. Registro.....	792
III — EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	792
1. Conceito.....	792
2. Acompanhamento.....	793
3. Cláusulas <i>rebus sic stantibus</i> e <i>pacta sunt servanda</i> .....	793
4. Teoria da imprevisão e revisão do contrato.....	794

5. Reajustamento de preços .....	795
6. Repactuação.....	796
7. Direitos e obrigações das partes .....	799
8. Equação econômico-financeira .....	800
9. Fato do príncipe e fato da Administração.....	801
10. Subcontratação e cessão do contrato.....	804
11. Associação, fusão, cisão ou incorporação .....	809
12. Recebimento do objeto .....	811
13. Pagamento .....	814
IV — ALTERAÇÃO DO CONTRATO.....	817
1. Conceito.....	817
2. Espécies .....	817
3. Onde pode incidir a alteração .....	818
4. Acréscimos e supressões .....	820
5. Aditamento .....	822
V — INEXECUÇÃO DO CONTRATO .....	823
1. Conceito.....	823
2. Espécies .....	823
3. Quem pode descumprir o contrato .....	823
4. Consequências da inexecução .....	824
5. A exceção de contrato não cumprido .....	828
6. Arbitragem.....	830
VI — CONTROLE PELO TRIBUNAL DE CONTAS .....	831
VII — EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	832
1. Fatos e atos extintivos.....	832
2. Extinção em razão de um fato .....	833
2.1. Extinção pelo cumprimento do objeto .....	835
2.2. Extinção pelo cumprimento do prazo .....	835
2.3. Extinção pelo desaparecimento do contratante particular.....	836
2.4. Extinção pelo desaparecimento do objeto.....	839
3. Extinção em razão de um ato .....	839
3.1. Rescisão administrativa.....	840
3.2. Rescisão consensual .....	844
3.3. Rescisão judicial.....	844



VIII — CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	845
1. Generalidades.....	845
1.1. Contrato de obra pública.....	846
1.2. Contrato de serviço.....	847
1.2.1. Terceirização.....	849
1.3. Contrato de fornecimento.....	851
1.4. Contrato de concessão de uso de bem público.....	852
1.5. Contrato de concessão de obra pública.....	853
1.6. Contrato de empréstimo público.....	853
1.7. Contrato de gestão.....	854
1.8. Convênios e consórcios.....	855
1.8.1. Introdução.....	855
1.8.2. Convênios.....	856
1.8.3. Consórcios.....	861

## **Capítulo XI**

### **INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO**

I — ASPECTOS GERAIS.....	863
1. Intervenção.....	863
2. Modalidades de intervenção.....	864
3. Fundamentos da intervenção.....	865
4. Competência para intervir na propriedade.....	865
5. Procedimento interventivo.....	865
6. Limites.....	865
II — INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE.....	866
1. Introdução.....	866
2. Conceito.....	866
3. Meios interventivos.....	866
3.1. Limitação administrativa.....	867
3.2. Ocupação temporária.....	869
3.3. Servidão administrativa.....	871
3.4. Tombamento e registro.....	873
3.5. Parcelamento e edificação compulsórios.....	877
3.6. Requisição.....	878

III — INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	879
1. Introdução.....	879
2. Conceito.....	880
3. Competência interventiva.....	880
4. Fundamento.....	881
5. Meios interventivos.....	881
5.1. Controle de preços.....	882
5.2. Controle do abastecimento.....	882
5.3. Repressão ao abuso do poder econômico.....	883
5.4. Monopólio.....	883
5.5. Fiscalização.....	884
5.6. Incentivo.....	884
5.7. Planejamento.....	884

## Capítulo XII DESAPROPRIAÇÃO

I — ASPECTOS GERAIS.....	885
1. Introdução.....	885
2. Conceito.....	886
3. Espécies.....	886
4. Fundamentos.....	889
5. Competências legislativa, declaratória e executória.....	890
6. Aquisição originária.....	892
7. Beneficiários dos bens expropriados.....	893
II — REQUISITOS CONSTITUCIONAIS.....	894
1. Introdução.....	894
2. Necessidade pública, utilidade pública e interesse social.....	894
3. Prévia e justa indenização em dinheiro.....	896
III — DESVIO DE FINALIDADE.....	901
IV — CONSUMAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO.....	902
V — RETROCESSÃO.....	903
VI — OBJETO DA DESAPROPRIAÇÃO.....	907
1. O que pode ser desapropriado.....	907
2. Desapropriação de bem público.....	909

3.	Desapropriação de bens de autarquias, empresas governamentais e concessionárias.....	910
4.	Desapropriação de ações .....	912
VII	— DESAPROPRIAÇÃO POR ZONA .....	913
1.	Conceito.....	913
2.	Requisitos .....	914
VIII	— DESAPROPRIAÇÃO PARA URBANIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO .....	914
1.	Conceito.....	914
2.	Implantação de loteamento.....	915
3.	Implantação de distrito industrial .....	917
4.	Desapropriação nos termos do art. 182, § 4º, III, da Constituição Federal .....	918
IX	— PROCEDIMENTO EXPROPRIATÓRIO .....	919
1.	As fases do procedimento.....	919
2.	Declaração expropriatória .....	920
2.1.	Conceito .....	920
2.2.	Competência.....	920
2.3.	Objeto.....	921
2.4.	Requisitos .....	922
2.5.	Efeitos .....	922
2.6.	Caducidade.....	922
3.	Direitos do expropriado na vigência da declaração expropriatória .....	923
4.	Execução expropriatória.....	924
4.1.	Execução amigável.....	924
4.2.	Execução judicial .....	925
5.	Defesa do expropriado e direito de extensão.....	925
X	— IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE .....	926
1.	Conceito.....	926
2.	Requisitos .....	927
2.1.	Declaração de urgência .....	927
2.2.	Depósito .....	928
2.2.1.	Imissão provisória de posse em geral .....	928
2.2.2.	Imissão provisória de posse em particular ..	929

3. Imissão provisória de posse e ingresso no bem.....	930
4. Imissão provisória de posse amigável .....	930
5. Imissão definitiva de posse.....	930
<b>XI — PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO.....</b>	<b>931</b>
<b>XII — DESISTÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO.....</b>	<b>932</b>
<b>XIII — CONTROLE JURISDICIONAL DA DESAPROPRIAÇÃO .</b>	<b>933</b>
1. Incidência .....	933
2. Anulação.....	934

### **Capítulo XIII** **BENS PÚBLICOS**

<b>I — ASPECTOS GERAIS.....</b>	<b>935</b>
1. A locução “bens públicos” .....	935
2. Conceito.....	935
3. Propriedade.....	936
4. Defesa.....	937
5. Classificação.....	937
5.1. Bens de uso comum do povo.....	938
5.2. Bens de uso especial.....	940
5.3. Bens dominicais .....	941
6. Afetação e desafetação .....	941
7. Competência legislativa.....	944
8. Regime jurídico .....	944
<b>II — AQUISIÇÃO.....</b>	<b>947</b>
1. Aspectos preliminares .....	947
2. Aquisição originária e derivada .....	948
3. Aquisição <i>inter vivos</i> e <i>causa mortis</i> .....	949
4. Aquisição pela transcrição do título aquisitivo.....	949
4.1. Contrato de compra e venda.....	950
4.1.1. Bem.....	951
4.1.2. Preço .....	951
4.1.3. Consentimento .....	952
4.1.4. Forma.....	952

4.1.5. Processo .....	953
4.1.6. Interesse público .....	955
4.1.7. Avaliação.....	955
4.1.8. Lei autorizadora .....	956
4.1.9. Licitação.....	957
4.2. Contrato de troca ou permuta.....	958
4.3. Contrato de doação.....	960
4.4. Contrato de dação em pagamento .....	962
4.5. O resgate no contrato de aforamento .....	963
5. Aquisição por acessão .....	965
5.1. Acessão pela formação de ilha.....	965
5.2. Acessão por aluvião .....	966
5.3. Acessão por avulsão.....	966
5.4. Acessão do álveo pelo abandono das águas .....	967
6. Aquisição pela usucapião .....	968
7. Aquisição por ato de última vontade — testamento.....	969
8. Aquisição por desapropriação .....	970
9. Aquisição por arrematação ou adjudicação.....	970
9.1. Arrematação .....	970
10. Aquisição por força de lei ou Constituição .....	971
10.1. Aprovação e registro do parcelamento.....	971
10.2. Criação e instalação de Município .....	972
10.3. Criação de Estado.....	973
10.4. Reversão na extinção de concessão de serviço público.....	973
10.5. Aquisição <i>ex vi constitutione</i> .....	974
10.6. Declaração da vacância da herança.....	975
11. Aquisição por investidura.....	975
 III — ADMINISTRAÇÃO.....	 978
 IV — USO .....	 979
1. Utilização pela Administração Pública.....	979
2. Utilização pelo povo.....	980
3. Utilização privativa.....	980
4. Instrumentos do uso privativo .....	982
4.1. Concessão de uso .....	982
4.2. Permissão e autorização .....	982

4.3. Concessão de direito real de uso .....	983
4.4. Cessão de uso .....	984
4.5. Locação e comodato.....	985
<b>V —ALIENAÇÃO.....</b>	<b>986</b>
1. A alienabilidade dos bens públicos em geral .....	986
2. A alienação dos bens públicos de uso comum e especial .....	989
3. Espécies de alienação .....	990
3.1. Incorporação.....	990
3.2. Retrocessão .....	991
<b>VI —BEM PÚBLICO EM ESPÉCIE.....</b>	<b>991</b>
1. Terrenos de marinha .....	991
1.1. Origem .....	991
1.2. Finalidade e importância.....	992
1.3. Conceito e classificação .....	993
1.4. Propriedade .....	994
1.5. Natureza .....	994
1.6. Demarcação.....	994
1.7. A linha do jundu.....	995
1.8. Administração .....	996
1.9. Terrenos de marinha não se confundem com terrenos acrescidos, reservados e de mangue.....	996
1.10. Utilização e formas .....	997
1.11. Aforamento administrativo .....	999
1.12. Resgate das marinhas aforadas.....	1000
1.13. Extinção do aforamento administrativo .....	1001
1.14. Preferência municipal ou estadual .....	1002
1.15. Interesses municipais sobre as marinhas.....	1003
1.16. Desapropriação do domínio útil.....	1006
2. Terrenos reservados ou terrenos marginais .....	1007
3. Terrenos acrescidos .....	1009
4. Terras indígenas.....	1009
5. Terras devolutas .....	1011
6. Plataforma continental.....	1014
7. Faixas de fronteira .....	1014
8. Ilhas .....	1015
9. Solo criado.....	1016

**Capítulo XIV**  
**CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

I — CONTROLE .....	1017
1. Introdução .....	1017
2. Espécies .....	1018
3. Conceito .....	1018
II — CONTROLE ADMINISTRATIVO .....	1019
1. Conceito .....	1019
2. Objetivo .....	1019
3. Fundamento .....	1019
4. Instrumentos .....	1019
4.1. Direito de petição .....	1020
4.2. Pedido de reconsideração .....	1021
4.3. Reclamação administrativa .....	1022
4.4. Recurso administrativo ou hierárquico .....	1022
5. Prescrição administrativa .....	1028
6. O silêncio da Administração Pública .....	1031
7. Coisa julgada administrativa .....	1032
III — CONTROLE LEGISLATIVO .....	1033
1. Conceito .....	1033
2. Objetivo .....	1033
3. Meios de controle legislativo .....	1033
3.1. Comissão Parlamentar de Inquérito .....	1034
3.2. Pedido de informação .....	1034
3.3. Convocação de autoridades .....	1035
3.4. Participação na função administrativa .....	1036
3.5. Função jurisdicional .....	1036
3.6. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária .....	1036
3.7. Sustação dos atos normativos do Executivo .....	1037
IV — CONTROLE JURISDICIONAL .....	1038
1. Conceito .....	1038
2. Objetivo .....	1038
3. Extensão .....	1039

4. Fundamento .....	1039
5. Sistemas.....	1040
5.1. Sistema de administração-juiz.....	1040
5.2. Sistema de jurisdição única.....	1040
5.3. Sistema de jurisdição dual.....	1041
6. Instrumentos do controle jurisdicional .....	1042
6.1. Mandado de segurança.....	1042
6.2. Ação popular .....	1047
6.3. <i>Habeas data</i> .....	1049
6.4. Mandado de injunção .....	1050
6.5. Ação civil pública.....	1052
7. Prescrição judicial .....	1053
 V — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM JUÍZO.....	 1055

## Capítulo XV

### PROCESSO ADMINISTRATIVO E SINDICÂNCIA

I — PROCESSO ADMINISTRATIVO .....	1060
1. Conceito.....	1060
2. Processo administrativo e procedimento .....	1061
3. Competência legislativa.....	1062
4. Princípios.....	1063
4.1. Princípio da legalidade objetiva .....	1064
4.2. Princípio da oficialidade .....	1064
4.3. Princípio do informalismo .....	1064
4.4. Princípio da publicidade.....	1065
5. Objeto .....	1065
6. Finalidade .....	1066
7. Fases .....	1066
7.1. Fase de instauração .....	1066
7.2. Fase da instrução .....	1068
7.3. Fase do relatório.....	1069
7.4. Fase da decisão ou julgamento.....	1069
8. Formação material do processo .....	1070
8.1. Autos suplementares .....	1071
9. Vista e cópia do processo .....	1072
10. Prazos de conclusão e prorrogação .....	1074



11. Espécies.....	1075
11.1. Processo de outorga.....	1075
11.2. Processo de polícia.....	1076
11.3. Processo de controle.....	1077
11.4. Processo de punição.....	1077
11.5. Processo de expediente.....	1078
12. Nas empresas governamentais e autarquias.....	1079
13. Arquivamento.....	1079
14. Certidão.....	1080
15. Extinção.....	1081
II — PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	1081
1. Conceito.....	1081
2. Fundamento.....	1082
3. Objeto e finalidade.....	1083
4. Obrigatoriedade.....	1083
5. Princípios.....	1084
6. Fase da defesa.....	1084
6.1. Ampla defesa.....	1085
6.2. Contraditório ou contraditoriedade.....	1086
6.3. Devido processo legal ou adequado processo jurídico.....	1086
7. Conclusão.....	1087
8. Procedimento criminal paralelo.....	1087
9. Sanção disciplinar.....	1087
10. Comissão processante.....	1090
10.1. Composição.....	1091
10.2. Competência.....	1092
10.3. Espécies.....	1092
11. Revisão.....	1093
III — SINDICÂNCIA.....	1094
1. Conceito e finalidade.....	1095
2. Natureza.....	1096
3. Objeto.....	1096
4. Instauração.....	1097
5. Comissão de sindicância.....	1097
6. Fases.....	1097
7. Rito processual.....	1097
8. Publicidade ou sigilo.....	1098
9. Vícios.....	1098

IV — VERDADE SABIDA E TERMO DE DECLARAÇÃO.....	1098
--	------

**Capítulo XVI**  
**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO**

I — ASPECTOS GERAIS.....	1100
1. Conceito.....	1101
2. Fundamento.....	1101
3. Evolução.....	1102
4. Exclusão da responsabilidade.....	1107
5. Características do dano reparável.....	1109
6. Responsabilidade do Estado por atos legislativos e judiciais.....	1109
II — REPARAÇÃO DO DANO E DIREITO DE REGRESSO ....	1111
1. Procedimento administrativo.....	1111
2. Procedimento judicial.....	1112
3. A indenização do dano.....	1113
4. Ação regressiva.....	1114
III — A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO BRASIL	1116
1. Aspectos históricos.....	1116
1.1. Período colonial.....	1116
1.2. Período imperial.....	1117
1.3. Período republicano.....	1117
2. O § 6º do art. 37 da Constituição de 1988.....	1119
3. Responsabilidade objetiva por dano nuclear.....	1122
4. Responsabilidade das pessoas privadas prestadoras de serviço público.....	1122
5. Responsabilidade por atos terroristas.....	1123
6. Prescrição do direito de exigir indenização.....	1123
<i>Bibliografia</i> .....	1125
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i> .....	1135